

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 875.038 - MG  
(2016/0053432-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : NORMA CELINA GENEROSO LISBOA E ALVES E OUTRO(S) -**  
**MG073274**  
**CAMILA VASCONCELOS BRITO DE URQUIZA - DF030822**  
**AGRAVADO : ALON FERREIRA ARAUJO**  
**ADVOGADO : LUIZ MARINHO DE ABREU E SILVA E OUTRO(S) - MG023114**

## DECISÃO

Cuida-se de agravo interno ajuizado em face da decisão de fls. 345/347 e-STJ.

À vista dos fundamentos expostos, reconsidero a decisão ora agravada e passo à análise do agravo em recurso especial.

Trata-se de agravo contra o juízo de admissibilidade que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

EMBARGOS DO DEVEDOR - CÉDULA RURAL - JUROS MORATÓRIOS - DECRETO 167/67 ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO - APLICAÇÃO - LIMITAÇÃO DO PERCENTUAL - PREVISÃO LEGAL - RECURSO DESPROVIDO. - Na cédula de crédito rural os juros moratórios são de 1% (um por cento) ao ano com fundamento no art. 5º, § único, do Decreto-lei 167/67.

Contra o referido acórdão, o ora agravante opôs embargos de declaração, afirmando que a Corte de origem não se pronunciou acerca da alegação de que a sentença entregou prestação jurisdicional *extra petita*, pois em nenhum momento o devedor - autor dos embargos à execução que originaram os presentes autos - requereu a substituição dos encargos moratórios, estabelecidos na cédula de crédito rural, por "correção monetária e juros pelos índices da tabela da Corregedoria-Geral de Justiça após o ajuizamento da presente ação".

Ocorre que, a despeito desse tema ter sido oferecido a debate em apelação (fls. 241/242 e-STJ) e nos embargos declaratórios (fl. 272 e-STJ), a Corte de origem deixou de examinar as alegações do recorrente, que podem alterar substancialmente o resultado do julgamento, evidenciando-se a violação ao art. 535 do CPC.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos para que o Tribunal de origem supra as omissões acima anotadas.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora

